



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0369/15	DATA: 23/04/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h42min	TÉRMINO: 11h49min	PÁGINAS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO

Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião para deliberação de requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, CPI do Sistema Carcerário.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 4ª reunião desta Comissão Parlamentar.

Pergunto aos Srs. Parlamentares...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, eu peço a dispensa da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Silas Freire.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Requerimento nº 18/2015, do Sr. Silas Freire, que *“Requer a realização de audiência pública para debater a política de ressocialização do sistema prisional brasileiro”*.

Consulto o nobre Deputado Silas se não está faltando aqui um nome, uma autoridade.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - No requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No requerimento? Está aqui. Desculpa!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - No requerimento tinha o nome das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra V.Exa., Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, como eu já tinha colocado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós vamos investigar o que acontece no sistema prisional do nosso País, e precisamos saber o que está sendo feito para ressocializar esses milhares de detentos do nosso País.



É equivocada a política de ressocialização no Brasil. Imagina-se que costurar bolas dentro do presídio, que aprender a montar bicicletas — e eu digo isso pelo meu Estado — possa estar ressocializando o detento. O detento aprende até uma profissão dentro do presídio, mas não há a ligação do sistema prisional com ele e a sociedade. A família desse detento continua totalmente desamparada e, quando ele começa a progredir na sua pena, participa dos indultos, ele volta para onde? Ele volta para a sua casa. Chegando à sua casa, e nós temos depoimentos disso, eles estão com a família devastada, alguns deles com a família herdando o próprio crime; outros com a família devastada e que sequer tem os programas sociais do País. Aí não há ressocialização, eles voltam imediatamente para o crime, voltam dos indultos para os presídios e lá voltam com a revolta de que não há mais nada a preservar lá fora.

Então, nós precisamos urgentemente ouvir das nossas autoridades o que é que está sendo feito para ressocializar esse detento; o que é que as autoridades brasileiras fazem em verdade para que nós possamos diminuir a lotação dos nossos presídios brasileiros, porque, se este é o País que não tem pena de morte, se este é o País que não tem prisão perpétua, então este é o País que tem que ter ressocialização.

Eu acho que esta Comissão precisa ter no seu relatório final um diagnóstico de que a nossa ressocialização não existe. E várias outras Comissões, a gente escuta *“Não existe ressocialização, os presídios são verdadeiras faculdades do crime”*; pois, então, nós vamos positivar isso no documento final da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Não existe ressocialização, porque não é feita ressocialização. O quanto é gasto com ressocialização? Será que tudo o que gastamos nos presídios é apenas com alimentação, com a segurança dos presídios?

Então, nós não estamos fazendo nada. Absolutamente, nada.

E eu tenho convicção de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, chegando a esses números exatos, chegando a uma conclusão, pode ser inclusive uma sugestão que nós vamos sugerir ao sistema prisional brasileiro, porque, aqui, tem homens e mulheres que não estão preocupados apenas em apontar erros, mas, sim, em sugerir soluções para o nosso sistema prisional.



Por isso, eu defendo que as autoridades estejam aqui presentes para que nós possamos, com eles, discutir qual é a verdadeira política de ressocialização dos presídios brasileiros. Muito obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem!

Continuando o debate, com a palavra, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, só para apoiar esse requerimento do Deputado Silas, o qual acho que acho que é da maior importância, inclusive o seu ponto de vista aqui expresso sobre a questão da ressocialização tem o nosso acordo.

Nós somos favoráveis à aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Continuando a discussão, com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria iniciar saudando os colegas, e dizer ao Deputado Silas Freire que comungo dos mesmos pensamentos. Acho que esta CPI tem o objetivo, sim, de apontar as falhas, mas, mais do que isso, e até acho que seja o tema principal, discutir um novo modelo.

Nós saímos de um período em que, lá atrás, o Estado não tinha o monopólio desse poder de punir, o direito de punir, e nós vivíamos sob a égide do mais forte, a lei do mais forte. Estatuiu-se em legislações antigas o talião, depois se evoluiu para um período em que o Estado assumiu esse *jus puniendi*, o direito de punir. E nós vimos que, com o andar dos anos, a pena, que tinha um caráter retributivo, ou seja, pagar o mal com mal, passou a ter também um caráter ressocializativo. Mas o modelo que é aplicado no Brasil — e na maioria dos países, temos que reconhecer isso — não consegue ressocializar, ele não consegue fazer com que o indivíduo passe a ingressar, ou volte a ingressar a sociedade com um modo novo de vida.

Então, V.Exa. me permite, quero subscrever com V.Exa. Nesta CPI, além de apontar os equívocos, os erros e as irregularidades que nós temos no sistema prisional brasileiro como um todo, acho que mais importante é discutir um novo modelo, um modelo que efetivamente ressocialize o infrator, que o retire do crime e o coloque de volta no o convívio social, mas como uma pessoa íntegra, uma pessoa sã.



Então, queria parabenizar V.Exa. pelo requerimento e dizer que acho que esta CPI está indo no caminho certo, discutindo os equívocos do sistema, mas, mais do que isso, buscando um modelo novo, um modelo que de fato ressocialize.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputado.

Ninguém mais querendo discutir, eu coloco em votação.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 19, do Sr. Carlos Zarattini, que *“requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de averiguar as políticas de assistência social destinadas à população prisional e egressa do sistema”*.

Com a palavra o autor, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Presidente.

Eu queria já falar aqui em relação aos vários requerimentos que nós apresentamos, que são os de números 19, 20, 21, 22 e 23, nos quais nós estamos propondo a realização de audiências públicas voltadas para discutir a política de assistência social que é destinada à população prisional e à egressa do sistema prisional, o que vai muito em paralelo com a proposta do Deputado Silas.

O requerimento nº 20 é voltado a discutir a situação das políticas voltadas aos egressos do sistema prisional no Brasil, ou seja, que medidas existem da parte dos Governos, em seus vários níveis, em relação a tratar e ajudar a ressocialização desses egressos do sistema prisional. Porque nós vemos — não é Deputado Silas? — que essas pessoas cumprem a sua pena e são largadas no mundo, sem nenhuma política, a não ser a política geral da sociedade, que é de rejeição a esse ex-detento.

Também o Requerimento nº 21, em que nós propomos uma avaliação sobre a incidência da alta taxa de jovens nos presídios brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. quer já fazer o encaminhamento de todos?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu estou fazendo de todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Há concordância do Plenário? É melhor, para andar mais rápido.

Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, sobre a questão também da incidência da alta taxa de jovens nos presídios, que vem aumentando. Hoje nós temos uma população carcerária praticamente jovem, na faixa de até 30 anos.

No Requerimento nº 22 nós propomos averiguar a fiscalização do sistema prisional e o combate a práticas de torturas nas prisões. Queremos avaliar uma série de denúncias que já foram feitas.

No Requerimento nº 23 nós propomos averiguar a estrutura de acompanhamento das alternativas penais no Brasil, ou seja, aqueles sistemas de penas alternativas, quais foram as medidas de fiscalização adotadas pelos Governos e quais foram as medidas de fiscalização adotadas pelos Governos e quais os resultados dessas políticas.

Então, é um conjunto de requerimentos, Sr. Presidente, que eu acredito que V.Exa. o Relator podem depois sistematizar num plano de trabalho e organizar essas audiências de forma que tenha a maior objetividade possível para o trabalho dessa CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não há inscritos para discutir.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O primeiro requerimento do Deputado Carlos Zarattini tem tudo a ver com aquilo que nós falamos aqui, essa preocupação com o amparo social.

Hoje nós temos políticas sociais, como o Bolsa Família, que eu tenho registros e farei registros oficiais a esta Comissão de que no meu Estado, no Piauí, por exemplo, regresso do sistema penitenciário ou, hoje, detentos do sistema penitenciário, as famílias sequer têm o Bolsa Família. Então, é uma situação



realmente delicada. O que nós estamos oferecendo para esse cara se recuperar, para esse homem ou para essa mulher se recuperar?

Então, quero parabenizar o Deputado e dizer que tem o nosso apoio o seu requerimento tanto como os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dando continuidade, em votação os Requerimentos nºs 19, 20, 21, 22 e 23, todos de autoria do Deputado Carlos Zarattini.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Parabéns, Deputado!

Requerimento nº 25, do Subtenente Gonzaga — eu vou pular esse aqui, para aguardar ele chegar.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - De qualquer forma, eu quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. quer subscrever? Então, vamos lá.

Requerimento nº 25, do Subtenente Gonzaga, que *“requer a audiência pública para debater as condições dos presídios do Estado de Minas Gerais”*.

Em discussão o requerimento.

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria aqui apoiar e subscrever o Requerimento nº 25, do Subtenente Gonzaga, que requer uma audiência pública específica para discutir a situação dos presídios do Estado de Minas Gerais.

Eu acredito que esse tipo de audiência, em alguns Estados, é muito importante para que a gente possa fazer uma avaliação, talvez, até *in loco*, desse sistema, e nós podermos, de fato, ter um quadro geral, uma dimensão geral do sistema carcerário em nosso País.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não existe ninguém que queira discutir.

Em votação.



Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, tudo bem. Só uma... independente da aprovação, que eu apoio totalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Ontem, eu estive na CPI de Licitações e tanto lá quanto aqui há um desejo de todos os Deputados de fazer audiências nos seus Estados, lá para discutir a Lei de Licitações, e aqui, obviamente, nós vamos ter aqui vários pedidos, eu mesmo tenho um do Rio Grande do Sul, pedidos de audiências e viagens aos Estados.

Lá na CPI de Licitações, nós acabamos fazendo um recolhimento de todos os Deputados que gostariam de fazer visitas para fazer um cronograma à Comissão Especial de Licitações, lá. Aí nós fizemos um cronograma das visitas. Talvez aqui fosse o caso, porque daqui a pouco vai chegar uma e outra, e a gente vai ter que uma programação para essas visitas aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós vamos depois dessa sessão — hoje, eu, infelizmente, tenho que justificar a falta do Relator — ter que fazer uma reunião para já começar na próxima semana a ter audiência.

Eu quero aqui expor a minha preocupação sobre o teor de alguns requerimentos. Quando se aprova o requerimento na forma de convite, o que é que acontece? Eu acho que todos nós aqui devemos ter em mente que o primeiro órgão a ser ouvido, para iniciarmos a nossa CPI, é o DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional, e não tem como fugir disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ocorre que o Dr. Renato disse que só pode vir para cá nos dias 12, 20, 19 de maio, quer dizer...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas quem determina aqui somos nós, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Mas nós aprovamos convite. Se fosse convocação, aí seríamos nós. É exatamente isso que eu estou chamando à reflexão dos senhores.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não. Só disse que só vai poder vir dessa forma, por questão de agenda.

Então, quando a gente aprova na forma de convite para ser, vamos dizer assim, educados, a gente está tendo problema, está-nos atrapalhando. Por isso que os próximos nós vamos colocar na forma de convocação. Evidentemente, que a gente formula o convite, mas está dando esse problema. Eu acho que as Sras. e Srs. Deputados têm que saber o que está acontecendo.

E eu acho que nós já temos que começar com as audiências, temos que montar o cronograma das audiências públicas. Agora, temos que começar com o DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional. Não adianta procurarmos outro órgão. As audiências públicas são importantes, claro, e nós vamos fazer um cronograma, mas o DEPEN é o órgão pelo qual temos que começar, que as Sras. e Srs. Deputados vão começar a fazer os questionamentos sobre o sistema prisional. Entendeu, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, foi aprovado o requerimento. Vamos dar continuidade.

Requerimento nº 27, do Deputado Cabo Sabino, que “requer a realização de audiência pública visando discutir a estrutura física das unidades prisionais e suas capacidades de recuperação da população carcerária”.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Gostaria de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Quem está falando? (Pausa.) Deputado Luiz Carlos Busato. Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Na mesma linha em que o Deputado Cabo Sabino solicita a discussão, exatamente na linha da estrutura física dos presídios é que a minha sub-relatoria vai trabalhar. Então, acho que é importante nós verificarmos se os presídios têm boas condições físicas, qual é o sistema que está sendo feito. Quero subscrever, pois acho importante essa ótica. É uma ótica um pouco diferente da do requerimento do Deputado Carlos Zarattini e do Deputado Silas Freire, que é mais na parte da ressocialização, etc. e tal. Até acho que todos os requerimentos do Deputado Carlos Zarattini e do Deputado Silas Freire



têm um foco. Então, esse outro foco é o foco da estrutura física. Eu acho que seria uma audiência separada dessa outra.

(Não identificado) - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Então é isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada Erika Kokay, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria também de subscrever, porque penso que, via de regra, nós invisibilizamos as estruturas físicas, e as estruturas físicas têm que ser consideradas, porque são elementos importantes inclusive para assegurar ou não o processo de reintegração harmoniosa à sociedade.

Há estruturas físicas que desenvolvem, reproduzem uma violência. A própria estrutura física é violadora de direito, independente do que se desenvolve enquanto atividades e das relações que são construídas dentro do próprio presídio.

Por isso, eu gostaria de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k. Bom, eu queria só fazer uma colocação. Nós vamos retirar desse requerimento o nome do Sr. Renato Campos Pinto, porque já é matéria vencida; já foi aprovado em requerimentos anteriores. Então, permanecem evidentemente o representante das Secretarias Estaduais de Justiça e representante também da Pastoral Carcerária. Mas o nome do Dr. Renato Campos Pinto será retirado, porque já é matéria vencida. Já foi aprovado aqui o convite para o Sr. Renato.

Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação, com essa alteração anunciada recentemente.

Em votação o Requerimento nº 27.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há pedido de retirada de pauta dos Itens nºs 9, 10, 13 e 14, assinado pelo Deputado William Woo. Itens nºs 9, 10, 13 e 14.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero subscrever esse requerimento de retirada de pauta também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria de contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Subscreve também o Deputado.

Para contraditar a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Qual o motivo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou pedir ao autor — Deputada, a senhora aguarda um momento —, para explicar, para apresentar justificativa.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, eu estou solicitando a retirada dos Itens 9, 10, 13 e 14, que tratam do mesmo assunto, sobre a prisão da acusada Verônica Bolina. Aqui está na condição de testemunha, mas é acusada. Ela foi acusada de tentativa de homicídio de uma senhora de 73 anos de idade. E, durante a sua prisão, ela teve um lapso de loucura e, para segurá-la, ela sofreu algumas lesões, só que, ao mesmo tempo, o agente carcereiro teve a orelha arrancada nesse ato.

Esse caso está sendo ouvido pelo Ministério Público de São Paulo, acompanhado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado de São Paulo e também pelos representantes de Organizações LGBT do Estado de São Paulo. Nessa convocação, além de convocar toda a cúpula da nossa Polícia, não somente os dirigentes envolvidos diretamente nesse caso, não tivemos um requerimento de informações ainda para isso.

São Paulo, com certeza, deve ter um grande foco nesta CPI, primeiramente por ter um terço do sistema carcerário do País. Mais de 200 mil presos estão em São Paulo, somente isto: um terço dos presos brasileiros está no Estado de São Paulo.

Estamos no início do trabalho e, com certeza, não sou contra ouvir o Secretário de Segurança Pública ou o Secretário que São Paulo tem para o sistema carcerário, para dar explicações não somente desse caso, mas também de outras questões que teremos em São Paulo. Na última CPI que tivemos aqui, acabamos visitando vários presídios de São Paulo; estivemos visitando a prisão da Polícia Civil;



estivemos visitando carceragem. E aqui só se fala ainda no 2º DP. Eu acho que podemos agregar mais valor a essa visita, tendo mais condições.

Em terceiro lugar, eu falo aqui como carcereiro, que fui, da Polícia de São Paulo e também por estar, no momento da rebelião do Carandiru, trabalhando no Instituto Médico Legal. No momento em que você dá um pouco de vitrine a um detento, num caso que está sendo totalmente acompanhado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado de São Paulo, sendo acompanhado pelo Ministério Público... Irmos, com o peso de uma CPI da Câmara dos Deputados, ouvir o caso de uma pessoa acusada de tentativa de homicídio, ouvir na condição de testemunha...

Eu não posso concordar com essa convocação, por isso, a minha solicitação de retirada. Se a gente mudar os termos do requerimento, podemos entrar num acordo. Mas, neste momento, eu peço a retirada desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Antes de ouvir a Deputada Erika Kokay, subscreveu também o requerimento o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, apenas para esclarecimento das pessoas, principalmente dos Parlamentares, que não tomaram conhecimento dessa ocorrência em São Paulo, essa Verônica Bolina atacou uma senhora no seu prédio, moradora do mesmo andar que ela e, se não fosse a intervenção de um outro travesti... A senhora, que sofreu fraturas no rosto, fraturas de membros, foi arreventada porque, possivelmente, a travesti estava drogada ou completamente alucinada.

Na sua contenção para condução, já houve ferimentos. Posteriormente, quando foi colocada na carceragem do 2º DP, a travesti Bolina começou a se masturbar, provocando a ira dos demais presos que estavam na carceragem, e sofreu uma série de lesões na briga com os presos. Tudo isso ela mesma declara, os demais presos declaram. O carcereiro, na boa-fé de, no princípio da sua autoridade funcional, ao tentar conter os presos da carcerária, irados pelo travesti completamente transtornado e se masturbando na carceragem — desculpem as palavras, mas foi com esse requinte mesmo —, ingressou no xis da carceragem — Deputado William, em que você tantas vezes ingressou a trabalho —, momento em que foi também atacado pelo travesti, que arrancou a sua orelha.



Então esses movimentos: “*Eu sou uma Verônica!*”!... Eu não sou Verônica, não! Eu acho que isso aqui não pode ser transformado... Isso aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito! Uma ocorrência tem que ser apurada, tem que se fazer convocação do delegado-geral, do delegado-geral, primeiro, pelo art. 50 da Constituição, nós convocamos Ministro. Ainda que fosse um convite, mas, com o perdão da expressão, é isso que eu sinto, quer se fazer um circo em relação a uma ocorrência.

Nós precisamos avaliar o que está acontecendo no sistema carcerário como um todo. Tem superlotação? Tem sim; não há investimento, não há destinação de fundo. Agora, uma ocorrência que ainda está em andamento... Está sendo feito seu processo de apuração por ouvir dizer, por jornal e Internet! Eu sou frontalmente contra essa convocação do Delegado-Geral Chaim, que é para fazer um escracho com a Polícia Civil de São Paulo. Eu não vou compactuar nem aceitar isso. Manifestamente, estes quatro requerimentos são para escracho, não para apuração. E aqui não é para escracho, é para apuração, é Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou conceder a palavra à Deputada Erika Kokay.

Chegou-me aqui, Deputado, não sei se V.Exa. já leu, a declaração dela, uma reportagem completa: “*Só fui contida. Não fui torturada.*”, diz travesti que arrancou a orelha do carcereiro.” E aqui, toda a ocorrência, que vou passar para V.Exa., que me chegou extraoficialmente. Eu só tenho uma preocupação realmente: o foco da nossa CPI é o sistema carcerário. Ela não estava no sistema prisional.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estava na carceragem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ela estava na delegacia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Na carceragem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Na carceragem da delegacia. Mas o foco da nossa CPI é o sistema prisional, onde ele cumpre pena, não seria delegacia. Mas eu quero ouvir V.Exa.

Em discussão.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O primeiro aspecto é que eu não gostaria de ser agredida e dizer que nós tecemos e construímos um escracho



quando se busca fazer apuração de um processo que está comovendo milhares de pessoas no Brasil inteiro.

Não há como achar que é escracho fazer requerimento para apurar aquilo que nós já vimos em várias fotos: a pessoa completamente desfigurada, vítima de violência de gênero. Porque ali houve violência de gênero: sua roupa foi rasgada, partes do seu corpo foram expostas — partes do seu corpo foram expostas! —, numa absurda violência de gênero que não se permite nem em guerras. Nem em guerras se permite tortura, nem em guerras se permite esse nível de violência, senão nós vamos encarcerar o Estado Democrático de Direito, vamos encarcerar e jogar em qualquer canto, em qualquer dobra deste País o Estado Democrático de Direito.

Nada justifica que nós tenhamos uma pessoa sob a responsabilidade do Estado — estava sob a responsabilidade —, sob a custódia do Estado, com esse nível de agressão exposto no seu próprio corpo. Eu não estou falando das agressões que não se veem, eu estou falando das agressões que foram vistas e que foram compartilhadas e que originou inclusive o movimento Somos Todos Verônica, de reação a esse tipo de exposição de uma violência que não se justifica. Qualquer que tenha sido o motivo, ou quem quer que tenha agredido a pessoa, quem quer que tenha sido agredido estava sob custódia do Estado, que deveria protegê-la nesse processo de retenção e privação de liberdade.

O Deputado Fraga diz: “*Não vamos analisar carceragem*”. Como não, se parte substancial dos nossos detidos, das pessoas que estão em restrição de liberdade estão em carceragem?

Então, nós não vamos analisar a carceragem que está abrigando pessoas, algumas delas até sentenciadas, que estão em carceragem neste País, porque a carceragem neste Brasil é uma realidade muitas vezes em condições atentatórias ao próprio Direito, ao direito da pessoa. Nós temos legislação, nós temos lei. Não é permitido que, qualquer que seja o instrumento, se possa ferir a lei dessa forma e considerar que a pessoa não tenha o direito de ser tratada como pessoa, independentemente da sua história.

Veja, eu queria dizer da universalidade dos direitos da pessoa. Digo isso porque, mesmo em guerras — vou repetir — quando é permitido matar, não é



permitido matar civis, não é permitido torturar, não é permitido atentar contra a dignidade humana — mesmo em guerra! —, tal a universalidade dos direitos e do respeito à pessoa.

Por isso, digo que é importante que sobre esse caso, que tem comovido todos e todas neste País, por um lado e por outro, que tem provocado tanta comoção, que tem provocado tantas opiniões, esta CPI possa opinar. Não se pode ter a impressão de que isso não aconteceu. Isso aconteceu! Está nas redes sociais! Aconteceu! Aconteceu! Aconteceu!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ela arreventou os ossos da face dessa senhora, quebrou os braços dessa senhora. Aconteceu, sim! Aconteceu! Foi criminoso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos garantir a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que nós temos que cuidar da democracia que nós conquistamos, eu penso que nós temos que cuidar da nossa própria legislação, eu penso que nós temos que cuidar do Estado Democrático de Direito, porque, se a pessoa fez o que fez, não podemos permitir que a reação seja na mesma moeda, porque há o Estado Democrático de Direito! Eu não posso dizer o seguinte: *“Se ele matou, eu vou lá e mato também”*.

Aliás, recentemente, eu ouvi um Parlamentar postar em sua rede social um revólver sobre uma Bíblia, dizendo que bandido bom é bandido morto e que estaria seguindo preceitos bíblicos na perspectiva de matar qualquer bandido. Eu não posso permitir isso! É um atentado a cada um e a cada uma de nós! Isso não é um atentado apenas a quem está diretamente sendo alvo dessa violência, é um atentado a todos nós, porque atenta contra a democracia, contra o Estado Democrático de Direito. Eu não posso dizer que: *“Tentou matar uma idosa? Então vamos tentar matá-la na carceragem.”* Isso significa dizer que nós não temos mais legislação, não temos mais lei, não temos mais Estado Democrático de Direito.

Por isso, Sr. Presidente, até pelo que escutei aqui hoje, eu acho que nós deveríamos nos deter em investigar esse caso de violência. Eu conheço a declaração que V.Exa. leu.



Por isso nós pretendemos também convocar a Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, porque há suspeitas, que não posso afirmar que sejam verídicas, e denúncias de que houve manipulação do depoimento, por isso estamos solicitando que a Sra. Heloisa Alves seja chamada a prestar esclarecimentos, porque há suspeita de que esse depoimento foi feito sob condições de coação. São suspeitas, cabe a cada um de nós investigar.

Portanto, Sr. Presidente, não vejo nenhum problema em nos sentarmos para encontrar outra formulação para os requerimentos, como propôs o Deputado William Woo. Não há nenhum problema retirar desta discussão e fazer um requerimento talvez mais amplo. Não há dificuldade nessa perspectiva. Entretanto, é importante que esse caso possa ser verificado.

Requerimento de minha autoria propõe que seja chamado também o responsável pela delegacia onde se deu o fato.

Vou encerrar com isto: o pior processo de destruição da democracia, de destruição da legislação ou de destruição dos preceitos mais básicos da dignidade humana é quando há naturalização das violações: *“Não, é mais uma travesti. Não, é mais um jovem negro assassinado. É mais isso, é mais isso...”* A pior coisa é a naturalização.

Por isso, eu me calo e dou voz a Mercedes Sosa: *“Que Deus não permita que eu me acostume com a injustiça”*. Acrescento eu: que Deus não permita que eu me acostume com a ilegalidade; que Deus não permita que eu me acostume com a destruição das pessoas enquanto pessoas. Que a vida, portanto, não me proporcione isso que escutei e que reforça a necessidade de que nós possamos fazer essa investigação, ainda que possamos ampliar e rever o próprio requerimento nos seus termos, como aqui já foi sugerido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou dar continuidade à discussão.

Com a palavra os Deputados Rocha e depois Carlos Zarattini e Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, nós começamos esta sessão discutindo requerimento que eu acho muito pertinente que trata do modelo, da



viabilidade de um modelo que ressocialize de fato. Nós todos temos uma responsabilidade muito grande para com o País e para com a própria Casa.

Com todo o respeito que tenho à requerente, Deputada Erika Kokay, eu entendo que esta CPI foge do seu objeto quando particulariza um caso. Aí nós podemos transformá-la numa delegacia de polícia. Não tenho dúvida, Deputado Major Olimpio, de que se V.Exa. for concitado certamente trará a esta CPI dezenas e dezenas de casos para que sejam investigados, e nós vamos fugir do objetivo principal que é nós determos às falhas do sistema.

E, mais do que tudo, acho que o requerimento do Deputado Silas Freire trouxe a esta CPI a possibilidade de nós podermos tentar construir um novo modelo. Aqui ninguém é a favor da tortura, ninguém é a favor da perseguição, ninguém é a favor do destrato ou do descaso do Estado. Mas me parece que este caso está sendo investigado pelo próprio Estado, que tem seus mecanismos de controle. E a requerente tem todo o direito de acompanhar a investigação, de buscar informações — aliás, nós temos até obrigação — e de não nos acomodarmos com fato que, na visão dela e na minha opinião também, tem certa gravidade. Mas não podemos aqui perder o foco desta CPI, transformá-la numa delegacia de polícia.

Então, Deputado William Woo, eu queria subscrever seu requerimento. Estou sendo bem objetivo, com todo o respeito que tenho por V.Exa., mas entendo que, se começarmos a particularizar — porque eu também posso trazer do meu Estado dezenas de casos semelhantes —, vamos perder o foco e a oportunidade de tentar construir um novo modelo, um modelo que vai evitar até mesmo, Deputada, que se permaneça a situação atual de encarceramento em delegacias.

Não tenho nada contra, acho até pertinente investigar as carceragens dentro das delegacias. Mas a partir do momento em que nós particularizamos, trazendo caso específico, nós fugimos do foco, perdemos um tempo precioso nesta CPI e, mais, despendemos recursos do contribuinte, Deputado Fraga.

Acho que nossa missão é muito maior do que investigar um caso de violação que já está sendo investigado. Nós podemos concordar ou discordar da investigação, agora não podemos partir do pressuposto de que sempre o agente público é o criminoso, ou inverter os papéis. Nisso nós temos que começar a pensar,



nós estamos começando a... E se nós trouxermos aqui este caso, nós vamos dar visibilidade, notoriedade a uma situação e perder o foco da CPI.

Acho que nosso objetivo aqui, sinceramente, é muito maior. Acho que a população do País espera desta CPI, Deputado Silas Freire... V.Exa. foi muito feliz no seu requerimento, fiz questão de subscrevê-lo, porque acho que o grande mote desta CPI é tentar apresentar ao País um novo modelo de sistema prisional, um modelo que de fato ressocialize.

Então, aqui eu queria, Sr. Presidente, encerrando e agradecendo a sua generosidade com o tempo, pedir ao Deputado William Woo para subscrever o requerimento e dizer que a CPI não pode se deter a um ou outro caso específico, e sim à estrutura, ao sistema, e tentar buscar a consolidação, a construção de um novo sistema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu pedi para falar porque eu vou ter que me retirar logo em seguida para a Comissão Especial da Medida Provisória nº 664, de 2014, que já está iniciando a reunião. Eu sou o Relator, então tenho que correr para lá.

Mas eu gostaria de primeiro falar uma coisa: este caso é grave. Este não é um caso qualquer, é um caso grave. Há algum tempo que a gente não tinha uma notícia tão grave como esta. Então nós não podemos, na CPI, fechar os olhos e ouvir uma versão, Deputado Major Olimpio. V.Exa. trouxe aqui uma versão. Nós não podemos simplesmente aceitá-la.

Eu acho que a CPI tem a função de investigar. Nós não queremos escrachar ninguém. Aliás, outro dia participei de reunião da CPI da PETROBRAS e vi o verdadeiro escracho que se tornou, quando se ofendem os próprios depoentes. Vi isso acontecer. Também vi nesta Casa o Presidente da Câmara dos Deputados determinar que dois ou três Deputados fossem a São Paulo conferir se o atestado médico do ex-Ministro Cid Gomes era verdadeiro. É impactante isto: ver se o atestado médico é verdadeiro, se ele está doente mesmo.



Eu não vejo aqui nenhum motivo para a gente deixar de discutir este caso e deixar de levantar essas questões. Eu queria fazer uma sugestão aos Deputados: primeiro, que nós mantivéssemos a oitiva, porque não está nem falando em convocação. Deputada, eu não sei se V.Exa. colocou convocação ou convite. *(Pausa.)* Convocação.

Eu manteria a convocação do Secretário de Segurança Pública de São Paulo e da Sra. Heloisa Alves, Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual. Por quê? Porque eu acho que eles têm muito mais a nos falar do que apenas deste caso. Então nós poderíamos manter uma reformulação mais ampla em que inclusive se tratasse deste caso. Como disse o Deputado William Woo, um terço ou mais dos detentos são de São Paulo. Existe política de segurança pública em São Paulo. Nós queremos discuti-la. Nós queremos discutir a política de segurança pública de São Paulo. Porque existir mais de 200 mil presos? Tem alguma coisa aí. São Paulo não tem um terço da população do Brasil. Então o que está acontecendo em São Paulo? Nós queremos discutir este caso.

Eu gostaria de manter a convocação da Sra. Heloisa Alves, não só por este, mas pelos demais fatos, e a possibilidade de Deputados irem ouvir a Sra. Verônica Bolina, para saber sua versão. Qual é o problema em ouvir sua versão? Eu acho que não há nenhum problema de a gente ter uma outra versão. O Secretário vai trazer a versão oficial, que foi apurada pela delegacia, enfim, por outros órgãos de apuração; a Sra. Heloisa vai também colaborar nisso; e os Deputados podem ouvir a Sra. Verônica. Aí nós podemos ter uma conclusão.

Agora, é ruim para a CPI, num caso deste que acontece durante a CPI instalada, não haver investigação, não haver apuração. Na CPI da PETROBRAS há 700 requerimentos, Sr. Presidente — 700 requerimentos! Para qualquer coisa que sai no jornal há um requerimento. Eu não sei por que na nossa CPI nós temos que ficar meramente num trabalho teórico e deixar de averiguar determinadas situações. Não é objetivo aqui fazer nenhum escracho, nenhuma condenação prévia, seja ao delegado, seja ao carcereiro, seja a quem quer que seja, pelo que aconteceu nessa delegacia, mas a situação de São Paulo tem que ser avaliada por esta CPI.



A gente deixar de trazer aqui o Secretário de Segurança Pública... Eu já fiz um requerimento, acho que foi aprovado, Sr. Presidente, para que o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo também venha a esta CPI.

É isso o que nós propomos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado. Continuando a discussão, concedo a palavra ao Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu confesso que não vi este caso, mas que eu ouvi aqui os Deputados Major Olímpio, William Woo, Carlos Zarattini, Erika Kokay.

Eu entendo o seguinte: eu entendo perfeitamente o que a Deputada Erika Kokay está fazendo, o assunto está na tona, é uma CPI. Mas também entendo a posição dos Deputados Major Olímpio e William Woo: nós não temos tantos elementos. É rede social, enfim e tal. Eu sugeri aqui se não é o caso... Primeiro, se ela depôs na delegacia, ela tem toda condição de mudar esse depoimento em juízo.

A OAB, em rede nacional também, formou um grupo para monitorar o sistema carcerário. Para garantir o caso que a Deputada Erika Kokay colocou, e pode estar acontecendo — nós não sabemos, eu não sei —, não é o caso de a gente conversar com o Presidente Nacional da OAB? Porque no decorrer dos trabalhos pode surgir muito disse me disse. Eu entendo também que nós podemos fazer mártir uma pessoa que está sendo investigada, porque na verdade nós podemos ficar desmoralizados. Quer dizer, quem era vítima é réu. Eu, por exemplo, estou inseguro. Agora, não justifica também, se ela matou uma pessoa, estar sendo torturada. Também não pode.

Então, o que eu sugeriria a V.Exa? A OAB — nós temos Defensoria Pública, V.Exa. tem autoridade para isso — fazer ofício para acompanhar este caso e manter a gente informado. Conforme forem chegando os elementos, se a gente estiver convicto realmente, em cima de depoimentos, relatos inclusive da própria — a Deputada tem autoridade para instalar — de que houve tortura, nós podemos até convocar. Mas neste momento eu acho que não precisamos retirar, acho que precisamos segurar o requerimento e aguardar mais elementos substanciais para tomar uma decisão justa.



Convocar o Secretário de Segurança Pública em cima de relatos de redes sociais, Deputada Erika, eu acho que ainda é um pouco cedo para a gente fazer isso. Por outro lado, Presidente, no decorrer desta CPI vão acontecer muitos casos desses, e nós não podemos agir com a emoção de querer socorrer no varejo, nós temos que ver no atacado. Mas também vamos ser cobrados, nós membros da CPI: *“Ah, está acontecendo isto e aquilo”*. Não seria o caso de V.Exa. marcar com o Presidente Nacional da OAB, com os defensores públicos do Estado? Porque quando houver esse tipo de ocorrência, V.Exa. pode buscar elementos para que possamos decidir na Comissão em cima de provas substanciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, ouvindo esta discussão, eu acho importante... Permita-me discordar de V.Exa., quando V.Exa. diz que as carceragens da Polícia Civil do Brasil inteiro não fazem parte, porque há muita gente lá inclusive condenada, e gente à disposição da Justiça. E nós já temos votado inclusive no plenário a proibição disso. Mas isso é recorrente, existe.

Eu devo apresentar, havendo essa discussão, requerimento à Casa para discutir esse assunto das carceragens provisórias das Polícias Cíveis, Federal, Militares, para tratarmos desse assunto de detentos lá. Eu sou favorável a que a gente possa discutir esse assunto e apresentarei requerimento inclusive para dizer como é tratado esse detento, os riscos que a sociedade corre de ter uma carceragem ali num ambiente não tão preparado como um presídio, o risco que os policiais correm por estar dentro dessas carceragens, de distritos que servem como carceragens.

Essa é a discussão e dela eu sou a favor. Eu não sou a favor é que o crime individual venha para discussão nesta CPI. O crime não tem orientação sexual, não tem cor, não tem raça. Então, nós não podemos trazer um ato e chamar um secretário de segurança para discutir. Eu vejo mais o caso dessa detenta, dessa pessoa, dessa senhora que está envolvida nesse episódio, como mais um episódio que acontece nas carceragens provisórias do Brasil. Todo dia pode e deve estar acontecendo isso, pela falta de preparo e pela permanência de pessoas autuadas em flagrante à disposição da Justiça em carceragens provisórias.



Então, eu recomendo a retirada de pauta deste requerimento e que nós possamos discutir uma coisa muito mais ampla sobre carceragem provisória destinada às polícias do Brasil, que já demonstram que não têm condições. Os próprios policiais andam estressados por estarem cuidando de detentos que já estão atuados e inclusive sentenciados, como a própria Deputada citou aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Eu até pedi o escopo do objetivo principal da CPI, que fala em apurar o sistema carcerário. Na verdade, de uma forma macro, é isso. Talvez eu tenha me expressado mal, mas eu retorno, retifico minha fala no sentido das carceragens, porque nós já aprovamos em plenário algo que não mais permita dentro do...

Com a palavra o Deputado William Woo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero falar, apresentar proposta.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, solicito pôr em votação. Mas eu estou vendo, abrindo até outra matéria, que a gente não pode se basear em matéria. Mas Heloisa Alves, Coordenadora de Política para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, quando foi ver o caso, averiguar, por causa da repercussão, ela mesma gravou a vítima falando que os policiais reagiram dentro da lei e que era direito deles agirem assim, para assegurar que ela estava possuída pelo demônio. Eu peço que se coloque em votação o requerimento.

Eu acho que ainda em São Paulo temos muito que averiguar. Discordo Deputado Zarattini. A gente vê em Estado, infelizmente, juiz soltando presos porque não têm mais local para por, ou será algemado no corredor da delegacia. São Paulo, não pela política pública, tem o maior número de presos, porque o sistema carcerário lá é amplo. A gente tenta manter o máximo o pessoal preso, a Polícia prende, às vezes a Justiça solta. Mas em São Paulo, realmente, eu acho que vai ter muitas coisas para verificar. É o meu Estado, quero melhorar lá. Eu acho que já foi aprovada a vinda do Secretário do Sistema Penitenciário, que também poderá conversar e averiguar como foi o andamento da investigação sobre o caso da Verônica.

Então, eu peço que coloque o requerimento em votação.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, para explicar, nós temos que votar a retirada de pauta. Eu até quero ouvir a Deputada Erika se há a possibilidade de se construir algum entendimento nesse sentido, porque fica óbvio que derrubaremos a sessão. A sessão cairá.

A Deputada Erika Kokay tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o primeiro aspecto é que é equivocado quem diz que não temos que analisar casos, porque os casos se apresentam como sintomas. Eles, ao serem contextualizados e problematizados, possibilitam que nós possamos nos imiscuir na avaliação do sistema. O caso confirma o sistema, confirma o todo, ou nega o próprio todo, pode negar o próprio todo. Então, isso é equivocado. Até para que uma CPI seja instalada tem que haver fato específico.

Nós temos uma série de casos. Eu já presidi uma CPI para discutir e investigar a exploração sexual, e alguns casos específicos foram fundamentais para que nós pudéssemos apresentar proposições para mudar o próprio sistema. Então, é um equívoco. Existem casos que precisam ser avaliados e aprofundados, porque fazem de um contexto, e nesse contexto, a partir desses casos, nós podemos fazer proposições para a mudança do próprio Sistema. Esse é um aspecto. Portanto, não estamos aqui para discutir apenas o macro difuso, que não existe. Existe um macro que se constrói e se expressa e se confirma a partir de eventos específicos. É um aspecto.

Segundo, não há nenhuma dúvida de que a Verônica foi torturada. Não há dúvida. A polêmica não é se ela foi ou não torturada — foi torturada pelos próprios detentos, foi torturada pelos próprios agentes. Mas não há dúvida de que foi torturada. Isso está disseminado em todas as redes sociais e com várias fotos. Não há dúvida acerca disso. Nós não estamos aqui para discutir se houve ou não tortura. Houve tortura! Houve tortura! Alguns dizem que foi provocada por outros presos, outros dizem que foi provocada por agentes.

Há questionamentos, Deputado Woo, acerca do depoimento da Sra. Heloisa, porque há indícios e denúncias de que o depoimento foi manipulado. Eu não sei se procedem ou não, mas há denúncias. Quando nós chamamos aqui, e achamos que



é importante escutar o depoimento dela, é porque há uma série de denúncias e de “indícios” — aspeado — de que houve manipulação do depoimento com a nítida impressão de proteger agentes do próprio Estado.

Então, portanto, em função disso, o que nós queremos aqui é apurar. Até porque, Deputado Woo, existe uma violência que é muito própria, uma violência que se soma a outras violências, que é a violência de gênero, que é a violência transfóbica, que é a violência que atinge as mulheres. Eu mesma apresentei requerimento para que nós pudéssemos discutir a violência de gênero nos presídios femininos. A violência de gênero é a violência que atinge as pessoas que são do gênero feminino, que envolve uma série de outros aspectos.

Então, há uma violência transfóbica que se soma a um processo de violência que eu diria até institucional, porque a forma como estão as carceragens, por exemplo, é uma violência institucional. A carceragem por si só já é uma violência, inclusive submete aquele que prende a também cuidar. Então é uma violência inclusive com relação aos profissionais que estão ali cuidando, quando sua função é prender. Essas violências é que nós temos que analisar.

Eu estou de acordo com que nós possamos reapresentar outro requerimento. Não gostaria de proceder aqui a uma votação, como foi proposto pelo Deputado Woo, para a retirada ou não. Eu penso que nós podemos sobrestar, até porque não temos quórum, e aproveito inclusive para pedir verificação de quórum. Não temos quórum para fazer qualquer tipo de deliberação, como Vice-Líder posso fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só quando houver votação, Deputada. Quando houver votação, V.Exa. pode pedir verificação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente.

De antemão peço isso, mas reafirmo no momento em que for instaurada a votação.

Nós podemos discutir e ampliar, nós podemos discutir as violências transfóbicas, nós podemos discutir o sistema em São Paulo. Porque aqui já foi aprovada, como foi dito, a participação do administrador do sistema carcerário, do sistema penitenciário de São Paulo, porque existe um volume muito grande, como aqui já foi dito, não vou repetir. É importante que nós possamos fazer essa discussão. E discutir a questão da comunidade LGBT, das violências próprias, que



nós temos aqui em Brasília inclusive, em vários locais, não é prerrogativa de São Paulo. Há uma violência própria e uma violência transfóbica muito intensa no nosso sistema carcerário. Era isso que eu queria dizer.

Nós podemos refazer o requerimento e discutir inclusive com o Deputado Woo. Podemos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado, Deputada.

A Consultoria Técnica nos avisou — então eu não estava tão errado assim — que, de acordo com a legislação do DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional, o sistema carcerário das delegacias não pertence ao sistema carcerário brasileiro. É evidente que, no atropelo e na prática, isso está quase acontecendo. Mas legalmente não faz parte.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, V.Exa. sabe que é impossível verificar as condições de carceragem sem considerar a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, porque não era para haver presos nas delegacias.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Na verdade, transformaram as delegacias em minipresídios.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por falta de lugar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E esta CPI inclusive pode ajudar a fazer valer a lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É esse o objetivo que nós queremos aqui.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...a dar prazos. Eu sei que isso não pode ser feito de uma hora para outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Para encerrar, concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio. Depois vamos ver se a gente constrói um entendimento aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que entre as nossas obrigações — não são prerrogativas do Parlamentar — está a



de investigar. Então, qualquer um dos 513 Deputados pode se dirigir a qualquer órgão público, fazer o acompanhamento, exigir documentos que sejam pertinentes.

Como eu não vejo que deva ser permitido em um caso que ainda está em apuração, e eu volto à tese do escracho público, pode pedir a documentação o Deputado William Woo, eu, que estou subscrevendo, ou quem mais subscrever, na Delegacia-Geral, no 2º Distrito. Porque acompanhando esse caso há representante até do Papa Francisco. A OAB está acompanhando com sua Comissão de Direitos Humanos, a Defensoria está acompanhando, a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo está acompanhando, o Ministério Público está presente, acompanhando isso.

Agora, para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o objetivo sim é trazer a polícia para o escracho, e não para apuração, porque já há. *“Olha, torturou! Olha, coagiu para isso!”*. Eu estou aqui há pouco tempo, mas estou vendo isso. Este mesmo requerimento vai ser apresentado na Comissão de Direitos Humanos com a mesma forma. E tem mais: por mim, vai para o voto, porque na democracia vai haver a manifestação do voto. Não faço acordo nenhum em relação a convocar a Polícia neste momento ou qualquer segmento para fazer escracho institucional. Então, para mim, vai para o voto. Eu estou subscrevendo o requerimento.

Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu consulto a Deputada Erika Kokay se não haveria a possibilidade, para não colocarmos em votação, se houver acordo do Plenário — porque há requerimentos aqui importantes de V.Exa. mesma com relação às condições de atendimento no presídio de Brasília e há também da Deputada Eliziane Gama, que requer a designação de comissão de membros da CPI para realizar diligência no Estado do Maranhão, para verificar algumas condições —, para que não caia a sessão — e só faltam dois —, diante do acordo, de retirar esses requerimentos e construir um entendimento ou...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, primeiro, eu acho, e já fiz isso na outra reunião, que deveríamos ter o seguinte encaminhamento nesta sessão: analisar em globo os requerimentos e destacar apenas o que fosse polêmico. Aí teríamos aprovados os requerimentos todos, sem polêmica. Então,



pronto, eu penso que poderíamos adotar sempre isto: faz-se em globo o que for polêmico, como este, destacamos para um processo de discussão.

Eu propus aqui que nós pudéssemos retirar e fazer uma (*ininteligível*). O Deputado não aceitou. Então, como não aceitou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nessa hipótese de retirada de pauta, havendo acordo...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado não aceitou! O Deputado não aceitou! O Deputado não aceitou acordo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Major Olimpio, V.Exa. não concorda com essa possibilidade?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado tenta, o Deputado insiste em nos agredir chamando o requerimento de escracho! Em nos agredir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não precisamos chegar a este ponto, Deputada.

Eu consulto o Deputado...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não há escracho, há uma tentativa. A investigação da CPI é diferenciada de outros órgãos, senão nós não precisaríamos de CPI da PETROBRAS, que está sendo investigada pelo Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas observe o objeto da investigação, Deputada. V.Exa. quer escrachar a Polícia. Enquanto eu estiver aqui, não vai. Nós vamos para o voto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu não quero escrachar a Polícia! Não quero escrachar a Polícia!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Está fazendo isso o tempo todo, em toda circunstância! O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, por favor, deixe a Deputada concluir, depois V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Olha, eu vou relevar a agressão, porque dizer que nós estamos aqui para escrachar a Polícia é reduzir a uma condição muito medíocre o trabalho desta CPI e o nosso próprio trabalho. Portanto, eu vou relevar, Deputado, a sua expressão, que acho inadequada, indevida, e dizer o seguinte: como o Deputado não quer qualquer tipo de acordo, vamos à votação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, mas ele ainda não me respondeu, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acabou de dizer!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não! Eu não aceito acordo, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Acabou de dizer. Já disse três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - De retirada de pauta?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Retirada, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, ela retira de pauta, de ofício, mediante acordo. Eu mesmo retiro de pauta, de ofício, para construir um entendimento para depois ser reapresentado, para a gente não perder... É notório que vai cair a sessão. O pedido de verificação é legítimo, e cai a sessão.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, requerimento a gente pode apresentar a qualquer momento. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Correto.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Com outro termo, com termo pior ou não. Mas neste momento o que nós requeremos é a retirada dos Requerimentos nºs 9, 10, 13 e 14. Eu aceito a retirada dos quatro para que continue a pauta. Há ainda os itens 11 e 12, que devem ter outros interessados...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não há acordo, então. Não há acordo, Sr. Presidente. Proceda à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, agora não há nem mais como votar, começou a Ordem do Dia. Qualquer ato aqui nosso vai ser... Mas eu acho que eu vou ficar com a sugestão de votar em globo. Isto aqui fica prejudicado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Faça em globo o que é consensual, porque aí a gente caminha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, temos que colocar em votação. Deputada Erika Kokay, nós vamos ter que colocar em votação. V.Exa. vai pedir a verificação. Senão, como fica a sessão? Se encerrarmos agora, nós vamos ter que retomar a próxima com isto aqui. Gostaria de botar em votação este requerimento. É um segundo só.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou colocar em votação.



Em votação o requerimento de retirada de pauta.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Evidentemente, pela falta de quórum, a gente vai encerrar a reunião.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Presidente, eu só queria deixar aqui registrado que o que mais me preocupa, num caso que está sendo tão averiguado, é a gente, de certa forma, eu acho que V.Exa. estava presente quando a gente foi visitar os comandantes do Primeiro Comando da Capital... Naquele momento a nossa CPI tomou a decisão de que a gente não deveria ouvir nenhum deles, e foi a melhor decisão, a mais sábia. Quando a gente foi visitar o presídio de segurança máxima e falou que não merecia, naquele momento, por tudo que foi verificado, levantar-se ainda mais a respeito de uma pessoa que havia sido capa da revista *Veja*, a gente dar a atenção desta CPI e ouvi-los.

A gente tomou a decisão dentro do presídio. A gente foi com a intenção de ouvir os líderes do Primeiro Comando da Capital — quando se iniciava no Brasil, estamos falando de 2009 —, e foi a decisão mais sábia porque a gente não queria dar holofote. Neste caso, tenho a certeza de que Verônica Bolina busca isso, e esta CPI não pode nos levar a esse erro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Vou convocar reunião ordinária destinada à audiência pública. Nós vamos depois informar o nome. Vamos tentar trazer o Dr. Renato, do DEPEN, vamos pedir esse empenho dele. Vamos ver se a gente consegue trazê-lo na terça-feira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não, Dr... *(Risos.)* Foi coincidência... Para o próximo dia 28, terça-feira, às 14h30min.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.